



**PARECER PRÉVIO Nº 27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 2276/2011.**

**Aposos:** Processos nsº 6329/2011 e 6328/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Ferreira Lima – Prefeito Municipal de Caapiranga.

**6- Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5851.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 103/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** das contas anuais do **Sr. Antônio Ferreira Lima**, responsável pela Prefeitura de Caapiranga, no exercício de 2010, na condição de Prefeito, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCEAM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/97;

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Maio de 2017.



**PARECER PRÉVIO Nº 27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro

**JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**

Conselheiro-Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 2276/2011.**

**Apensos:** Processo nº 6329/2011 e 6328/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Antônio Ferreira Lima – Prefeito Municipal de Caapiranga.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 103/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Caapiranga.

Irregularidade. Conhecimento. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Antônio Ferreira Lima**, responsável pela Prefeitura do Município de Caapiranga, referente ao do exercício de 2010, na condição de ordenador da despesa, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

**9.2. Considerar em Alcance** o **Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de 10.460,46 (dez mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga pelas improbidades apontadas no Relatório/Voto item 1 - Relatório n.139/2010-DICAMI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**9.3. Considerar em Alcance** o **Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de R\$



**ACÓRDÃO Nº27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27 – TCE – Tribunal Pleno)**

1.959,75 (um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e cinco centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga pelas improbidades apontadas no Relatório/voto item 3 e Relatório Conclusivo n.139/2011-DICAMI. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.4. Considerar em Alcance o Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de R\$ 138.400,00 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos reais), referente ao montante de recursos aplicados e não comprovada na construção do prédio do Conselho Tutelar, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga pelas improbidades apontadas no Processo n. 6328/2011 relativa a Denúncia. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Considerar em Alcance o Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de R\$ 1.354.794,06 (um milhão, trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais e seis centavos), referente a diferença entre o montante do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e *valor efetivamente creditado na conta corrente bancária da Prefeitura*, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Caapiranga pelas improbidades apontadas no Processo n. 6329/2011 relativa a Denúncia. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.6. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), pelo atraso no encaminhamento dos dados via ACP, de janeiro a dezembro de 2010, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas irregularidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.7. Aplicar Multa ao Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V e VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), em decorrência das irregularidades apontadas no Relatório/voto, as quais evidenciaram atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado danos ao erário e atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ;



**ACÓRDÃO Nº27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 9.8. Recomendar** ao Prefeitura Municipal de Caapiranga, para a fiel observância as normas regulamentadoras da Administração Pública, especialmente, observar a Resolução 07/2002-TCE, c/c com a Lei Complementar nº 06/91 e Lei 4.320/64;
- 9.9. Determinar** ao Prefeitura Municipal de Caapiranga, na sua atual administração, que proceda as ações de cobranças das dívidas dos ex Prefeitos **Sr. Antônio Ferreira Lima** no valor R\$ 910.882,76, e **Sr. Antônio José Marques** no valor R\$ 7.362.873,58;
- 9.10. Determinar** ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno para que tome as seguintes providências:
- a. Informe a Receita Federal do Brasil a respeito da ausência da comprovação do recolhimento da Previdência Social do exercício de 2010;
  - b. Comunique ao Ministério Público Estadual, acompanhado de cópia do referido Acórdão, para as apurações necessárias;
  - c. Encaminhe à atual Administração do Órgão, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;
  - d. Que sejam desentranhados os documentos das fls. 877 a 934 e enviados à DICAD para formalizar processo para análise de processo seletivo para contratação temporária no exercício de 2010.

**10- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de Maio de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº27/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27 – TCE – Tribunal Pleno)**

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral